

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 14, número 1 (2023)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Pessoas LGBTQ+ e suas Vivências Educacionais no Ensino Superior: Reconhecendo Violências

*Personas LGBTQ+ y sus Experiencias Educativas en la
Educación Superior: Reconociendo la Violencia*

*LGBTQ+ People and their Educational Experiences in
Higher Education: Recognizing Violence*

Luara Arthur Feola

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil
luara.feola@gmail.com

Adelaine Ellis Carbonar dos Santos

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil
addiecarbonar@gmail.com

Como citar este artigo:

FEOLA, Luara Arthur; SANTOS, Adelaine Ellis Carbonardos. Pessoas LGBTQ+ e suas Vivências Educacionais no Ensino Superior: Reconhecendo Violências. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 14, n. 1, p. 178-203, 2023. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Pessoas LGBTQ+ e suas Vivências Educacionais no Ensino Superior: Reconhecendo Violências

Personas LGBTQ+ y sus Experiencias Educativas en la Educación Superior: Reconociendo la Violencia

LGBTQ+ People and their Educational Experiences in Higher Education: Recognizing Violence

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo compreender como as práticas LGBTQfóbicas impactam na vivência educacional de licenciandos(as) e licenciados (as) LGBTQ+, no ensino superior. A partir dos estudos de gênero, estende-se a concepção de identidade por meio de performances e grupos identitários. Utiliza-se do conceito de interseccionalidade para compreender os marcadores sociais aos quais os sujeitos estão inseridos. Para tanto, foram aplicados 69 questionários *online* com discentes LGBTQ+ dos cursos de licenciatura de uma determinada universidade estadual do estado do Paraná. A análise foi desenvolvida mediante cinco eixos temáticos: caracterização dos participantes; tipificação e reconhecimento das violências; pertencimento à universidade; impacto na vivência educacional; e políticas de denúncia e enfrentamento. Evidenciamos que por mais que as violências não apresentem dados significativos quanto ao desempenho acadêmico, elas produziram desconforto e negação de vivências. Ou seja, as violências LGBTQfóbicas estão presentes no ensino superior, especialmente a deslegitimação. Em vista disso, faz-se necessária implantação de políticas institucionais que fomentem a produção e promoção de informações sobre a LGBTQfobia e que coibam a discriminação em todo o espaço educacional, para que, assim, possamos transformar o espaço acadêmico, tornando-o mais acolhedor e seguro para identidades marginalizadas.

Palavras-Chave: Vivência educacional; População LGBTQ+; Violência; Espaço acadêmico.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo comprender cómo las prácticas LGBTQfóbicas impactan en la experiencia educativa de estudiantes y graduados LGBTQ+ de educación superior. A partir de los estudios de género, la concepción de la identidad se amplía por medio de las representaciones y los grupos identitarios. Se utiliza del concepto de interseccionalidad para comprender los marcadores sociales a los que se insertan los sujetos. Para ello, se aplicaron 69 cuestionarios en línea a estudiantes LGBTQ+ de cursos de grado en licenciatura en cierta universidad estatal en el estado de Paraná, Brasil. El análisis se realizó a través de cinco ejes temáticos: caracterización de los participantes; tipificación y reconocimiento de la violencia; pertenencia a la universidad; incidencia en la experiencia educativa; y políticas de denuncia y enfrentamiento. Mostramos que, si bien la violencia no presenta datos significativos en cuanto al rendimiento académico, sí produce malestar y negación de las experiencias. Es decir, la violencia LGBTQfóbica está presente en la educación superior, especialmente la deslegitimación. Ante esto, es necesario implementar políticas institucionales que incentiven la producción y promoción de información sobre LGBTQfobia y que frenen la discriminación en todo el espacio educativo, para que podamos transformar el espacio académico, haciéndolo más acogedor y seguro para las identidades marginadas.

Palabras-Clave: Experiencia educativa; Población LGBTQ+; Violencia; Espacio académico.

Luara Arthur Feola, Adelaine Ellis Carbonar dos Santos



Abstract

This research aims to understand how LGBTQphobia practices impact the educational experience of LGBTQ+ undergraduate students. From gender studies, the conception of identity is understood by means of performances and identity groups. The intersectionality concept is applied to understand the social markers in which individuals are inserted. To achieve this objective, 69 online questionnaires were applied to LGBTQ+ students in the undergraduate courses of a university in the state of Paraná. The analysis was developed by means of five thematic axes: participants' characterization, typification, and recognition of violence, belonging to the university, impact on educational experience, and report and confrontation policies. We evidenced that even if violence does not present significant data regarding academic performance, it produces discomfort and denial of experiences. That is, the LGBTQphobia violence is observed in higher education, mainly in the form of delegitimization. For this reason, institutional policies are needed to boost the production and promotion of information on the LGBTQphobia and to restrain discrimination in the educational space, so that the academic space can be transformed, becoming welcoming and safe even for those whose identities are still marginalized.

Keywords: Educational experience; LGBTQ+ population; Violence; Academic space.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo compreender como as práticas LGBTQfóbicas impactam na vivência educacional de licenciandos (as) e licenciados(as) LGBTQ+ de uma determinada universidade do estado do Paraná. As vivências educacionais dessa população são distintas, bem como as violências sofridas, dada a interseccionalidade que atravessa tais vivências. Nesse contexto, é importante reconhecer as categorias identitárias a que os sujeitos são atravessados, como gênero, raça e classe, entre outros.

Portanto, esse trabalho se propõe a identificar e compreender as violências que pessoas LGBTQ+ sofrem no ensino superior, bem como discutir seus impactos e provocar reflexões sobre o papel do espaço acadêmico como aliado no combate às discriminações.

Assim, compreendemos que os espaços educacionais de nível superior são espaços constituídos pela multiplicidade e pela diferença, em movimento aberto com relações imprevisíveis (Massey, 2008 [2005]), possibilitando, assim, variadas formas de produzir o espaço. Considera-se o espaço acadêmico, que é também paradoxal, pois a partir de tensionamentos, resistências e desconstrução da ordem hegemônica que o rege, possibilita relocalizar os sujeitos nas relações de poder entre centro e margem (Rose, 1993).

Para isso, colocamos as ciências e nossos saberes em cheque. Preciado (2018) amplia essa crítica, denunciando os espaços hegemônicos e culturais que as ciências ocupam e que, com isso, acabam por resumir nossos corpos a complexos biomoleculares tecnológicos. O que naturaliza o poder através de características biológicas e sociais/morais. Cria-se, assim, uma hierarquização dos indivíduos e legitimação do local de privilégio ocupado, isto em detrimento dos sujeitos que são postos à periferia, como os negros (Carneiro, 2011) e a população LGBTQ+.

Quando se trata da população LGBTQ+, não podemos dissociar o histórico de lutas e opressão que essas pessoas enfrentam. Em 2018, 420 pessoas morreram

por conta da LGBTQfobia. Esses dados revelam que a cada 20 horas uma pessoa LGBTQ+ é assassinada ou comete suicídio no Brasil, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB, 2018)¹.

Por meio do aparelho de denúncia "Disque 100", o Ministério dos Direitos Humanos elaborou o relatório oficial sobre "Violência LGBTQfóbicas no Brasil: dados da violência". Constatou-se que, em 2016, ocorreram 104 denúncias que relataram violências contra travestis; no mesmo ano, foram recebidas 103 denúncias de violências contra transexuais, 318 denúncias de violências contra gays, 123 denúncias de violência contra lésbicas e 51 denúncias de violências contra bissexuais; dentre todas essas ocorrências, as violências psicológica, discriminação e física são as mais recorrentes (Silva, 2018).

Apesar de se reconhecer que ainda há uma subnotificação dos casos, esses dados revelam que o Brasil é um país nocivo para viver a diversidade (GGB, 2018). No campo da educação não é diferente. A pesquisa realizada pela "Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (ABGLT), sobre a vivência LGBTQ+ em ambientes escolares, constatou que 73% dos jovens que se identificaram como LGBTQ+ sofreram agressão verbal na escola por causa da sua orientação sexual. Não obstante, 60.2% dos estudantes LGBTQ+ afirmaram sentir insegurança dentro da escola por causa de sua orientação sexual (ABGLT, 2016).

O ambiente escolar é um importante meio de socialização e desenvolvimento de subjetividades. Todavia, pode ser um ambiente hostil para sujeitos que se afastam dos padrões cisheteronormativos e brancos, como as pessoas LGBTQ+ e pretas. Para Souza (2013), o espaço escolar pode promover violências aos indivíduos que possuem uma orientação sexual desviante da norma, o que pode acarretar danos físicos, morais e psicológicos a esses sujeitos violados, que os acompanharão durante toda sua vida. Para a autora, a escola omite-se e silencia frente às práticas de *bullying* contra as pessoas LGBTQ+. Ou seja, como lugar da constituição das subjetividades, o ambiente escolar sanciona o que é legítimo e o que não o é (Ferreira; Ferreira, 2015).

O ensino superior não se distancia dessa realidade, continua reproduzindo a mesma ordem de preconceitos, visto que é apenas mais um espaço da sociedade cisgênera, heteronormativa, branca e colonial que as pessoas estão inseridas. Segundo Santos e Araújo (2017), o preconceito no ensino superior configura-se de maneiras mais sutis e silenciosas e, outras vezes, mais explícitas, mas todas dificultam o acesso e permanência no espaço acadêmico. Santos e Ornat (2018) reconhecem dois pontos-chave nas vivências acadêmicas de homens trans: o uso do nome social e a binariedade dos banheiros que, por vezes, ocasionam situações de constrangimento relacionados à identidade de gênero.

Assim, essa discussão se faz relevante ao ponto de compreender as violências que travestis, transexuais, bissexuais, lésbicas, gays, não binários, entre outros, sofrem através dos espaços educacionais de ensino superior. Santos (2015) reforça essa afirmação, colocando a falta de ações educativas e despreparo docente desde a formação inicial, ocasionando insegurança, desqualificação de discursos e omissão sobre a temática, mesmo sendo reconhecida a sua

1 GRUPO GAY DA BAHIA. População LGBTQ morta no Brasil – Relatório GGB 2018. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2022.

importância e necessidade pelos docentes. O que vai ao encontro com Junqueira (2009b), no sentido de não apresentação das temáticas diversidades de gênero e sexuais, tratando todos os conteúdos com uma visão binária e cisgênera, ignorando particularidades de indivíduos que não se encaixam nessa norma, chamado por ele de “presunção da heterossexualidade”.

Dessa forma, esta pesquisa possui relevância social e política, vide o quadro de violências já citado anteriormente. Além disso, a LGBTfobia e o racismo são fenômenos histórico-culturais que devem ser discutidos no meio acadêmico, portanto, a pesquisa também possui relevância teórica, para a produção de conhecimento científico, em especial no campo científico geográfico, buscando formas de combater a discriminação, inclusive no âmbito educacional, com ênfase no ensino superior.

Além disso, devo reconhecer² as intersecções que me atravessam: sou uma pessoa trans feminina, pansexual, politicamente preta, formada em Licenciatura em Ciências Biológicas, mestrande e professora de Ciências e Biologia da rede estadual de ensino, é partir desses marcadores que construo esse processo de investigação de violências LGBTfóbicas na universidade.

Identities como processos político-sociais de legitimação do conhecimento

O ser humano busca se identificar através de signos, grupos, entre outros. Essas representações sociais, culturais e políticas se manifestam através dos corpos e, por esses, as pessoas se comunicam e identificam uns aos outros (BUTLER, 2013). Conforme Louro (2000), podem aproximar-se ou não, constituindo normas, formando grupos identitários, os quais moldam os sujeitos através da cultura vigente (Louro, 2000).

Em consonância às pesquisas apresentadas, faz-se importante nominar as identidades e situações de preconceito, para reconhecimento dessas. Para Butler (2013, p. 225), “o ‘eu’ só vem a existir no discurso na medida em que é chamado, nomeado, interpelado”. A autora entende a construção de identidade através de performances, as quais utilizam-se tanto de artifícios visuais como os corpos às abstrações, como as ideias e discursos. Louro (2000, p. 10) contribui com essas afirmações ao argumentar que “as identidades sociais e culturais são políticas”. Apesar das identidades serem tão íntimas e particulares, são políticas ao ponto de serem expostas todos os momentos pelos sujeitos, mesmo sem a ciência desses, pois estão intrínsecas aos indivíduos.

Butler (2013, p. 20) ressalta que é “[...] impossível separar a noção de gênero das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”. Crenshaw (2002) também discute o conceito de interseccionalidade a partir de estudos feministas negros, abordando as questões de gênero e raça. A autora reconhece que podem haver outros marcadores sociais além do machismo e racismo, o que configura experiências de preconceito divergentes, de acordo com a vulnerabilidade sócio-político-cultural que os indivíduos estão inseridos.

Por meio de manifestações, a sociedade elege padrões que “merecem” ser reproduzidos. Bombardeia-nos de informações do binarismo mulher e homem

2 Autoria principal.

brancos, cisgêneros e heterossexuais (Reis; Pinho, 2016) – que exclui todas as variantes entre homem-mulher e ainda outras que extrapolam esses conceitos. A partir dessa problemática de marginalização emerge o que hoje é tratado como LGBTfobia, Borrillo (2016) traz uma definição do que seria esse preconceito:

O termo ‘homofobia’ designa, assim, dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição dos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto de rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social (Borrillo, 2016, p. 22).

Borrillo (2016) utiliza o termo homofobia por questões práticas, mas reconhece os vários tipos de preconceitos (lesbofobia, bifobia, transfobia, etc) e a importância da sua nomenclatura. O autor ainda compreende que o preconceito não se delimita apenas à indivíduos, mas também à cultura e às instituições.

Santos (2015) e Santos e Ornat (2018) corroboram com a ideia, situando a instituição escolar como um dos espaços mais hostis para as vivências LGBT+. Pessoas trans são alvos principais da hostilidade na escola, e muitas não chegam a concluir o ensino fundamental e médio nos anos regulares (Santos; Ornat, 2018). Nesse contexto, resta para esses sujeitos locais de vulnerabilidade como postos de trabalho informal, horas exacerbadas de trabalho em condições insalubre, a prostituição, entre outros, que possibilitam a sobrevivência e a morte dessas pessoas (Oliveira, 2017).

É importante salientar aquilo que Borrillo (2016) afirma sobre o preconceito não se limitar a indivíduos e se apresentar na cultura e instituições. O ensino superior também é um lugar onde ocorrem situações de preconceito, porém, essas estão mais subliminares (Santos; Araújo, 2017). Apesar do ensino superior configurar-se de forma diferente e propor maior liberdade, ainda é um ambiente de representação social e também apresenta LGBTfobia.

Santos e Ornat (2018) discutem a vivência trans no ensino superior, reconhecem a possibilidade da utilização do nome social, porém, as pessoas trans ainda passam por situações de constrangimento, principalmente se estão passando pelo início da transição hormonal. Outra situação de constrangimento é quanto à utilização do banheiro, o qual está intrínseco à passabilidade³ do sujeito trans, ou seja, o não reconhecimento como uma pessoa trans por indivíduos externos faz com que sujeitos trans salvem-se de certos conflitos (Santos; Ornat, 2018).

Com base nisso, a universidade é historicamente um lugar de produção de conhecimento. Desde sua concepção, foi pensada como um espaço de legitimação do poder hegemônico para homens brancos, cisgêneros e heteros, os ditos pensadores e pesquisadores. Enquanto que outros corpos e identidades dissidentes ficaram à margem dele. Em vista disso, também é um espaço violento para pessoas que questionam esses lugares hegemônicos coloniais da branquitude cisgênera, sobretudo masculina. Tudo isso faz do espaço acadêmico um espaço de disputa epistêmica, política e social, o qual possibilita desde a

³ Esse termo é utilizado para designar características físicas de sujeitos trans, no tocante a identidade e performances de gênero. Quanto mais assemelha-se com um padrão normativo, mais passável é esse sujeito.

ascensão à exclusão social (Carneiro, 2014; Oliveira, 2017; Pedroso, 2020), mas também da subversão da norma.

Entendemos o espaço a partir das considerações de Massey (2008 [2005]), que propõe pensá-lo de maneira distinta, não enquanto superfície, mas passar a pensá-lo como um encontro de histórias. Em outras palavras, uma multiplicidade de trajetórias, sempre em construção que, não obstante constituído de relações de poder, que ora colocam os sujeitos à margem, ora no centro de tais relações, ou seja, constituem um espaço paradoxal (Rose, 1993). Deste modo, compreender o espaço segundo as concepções de Massey (2008 [2005]) e Rose (1993), evidenciando que os espaços educacionais de nível superior são também constituídos por relações de poder, que são desestabilizadas através das vivências acadêmicas de corpos “desviantes”, possibilitamos a compreensão do espaço acadêmico para além da (cis)heteronormatividade.

Vivências educacionais no ensino superior

A fim de compreender como as práticas LGBTfóbicas impactam na vivência educacional destes sujeitos, buscou-se a coleta de dados por meio de um questionário *online* via *Google Docs*, direcionado a discentes LGBT+ licenciandos(as) e licenciado(as) de todas as áreas de conhecimento de uma determinada universidade estadual do Paraná. Esse questionário foi relevante para o levantamento de dados referente às vivências educacionais desta população, em especial àquelas relacionadas aos preconceitos e discriminações sofridas no ensino superior.

O questionário é composto por 22 questões, sendo 9 abertas e 13 fechadas, sendo estruturado a partir de dois vieses: (1) perfil dos graduandos(as)/graduados(as) LGBT+ matriculados(as) em cursos de licenciaturas; e (2) suas vivências educacionais no ensino superior. Em algumas questões, utilizamos a escala de *Likert* para medir a intensidade do conforto ou desconforto através dos espaços e relacionamentos. Essa escala é constituída de cinco itens que variam de total concordância à total discordância (Bermudes *et al.*, 2016), assim, acreditamos que possibilite melhor visualização das respostas.

O *link* para acesso ficou disponível do dia 14 de setembro de 2020 a 31 de outubro de 2020, através dos e-mails de turma e grupos da rede social *Whatsapp* e *Instagram*. O processo de divulgação contou com a ajuda de várias pessoas, como coordenadores de cursos e centros acadêmicos que disponibilizaram os e-mails das turmas, bem como representantes de classe que encaminharam mensagens em grupos de *Whatsapp*. E com uma publicação no perfil pessoal do *Instagram*, pedindo às pessoas que se enquadravam na pesquisa para entrarem em contato para conversar e disponibilizar o questionário.

A partir da aplicação dos questionários, foram coletadas 69 respostas; dessas, 5 foram desconsideradas, pois uma pessoa não aceitou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), outra declarou que não era LGBT+ e três pessoas estavam matriculadas em cursos bacharéis, assim, não pertenciam ao público-alvo da pesquisa. Portanto, obtivemos 64 respostas válidas.

Os dados obtidos foram sistematizados e categorizados a partir de cinco eixos temáticos: caracterização dos participantes; tipificação e reconhecimento das violências; pertencimento à universidade; impacto na vivência educacional; e políticas de denúncia e enfrentamento. Essas categorias foram estabelecidas

durante o processo de análise. Pode-se organizar os dados a partir da análise de conteúdo do discurso (Bardin, 1977), que gerou representações gráficas para melhor visualização dos fenômenos. Esse trabalho passou pelo comitê de Ética do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE/PR e foi aprovado no dia 15 de abril de 2020, sob número do Parecer: 3.972.974.

A partir desse ponto, iremos apresentar a análise dos dados, conforme cinco eixos temáticos: caracterização dos participantes; tipificação e reconhecimento das violências; pertencimento à universidade; impacto na vivência educacional; e políticas de denúncia e enfrentamento.

Caracterização dos participantes

O perfil das pessoas participantes é heterogêneo, sendo jovens e adultos dentro das faixas etárias: 17-19 anos (10,94%); 20-22 anos (60,34%); 23-26 anos (21,70%); e 27-30 anos (6,25%). Dos participantes, 75% se autodeclararam brancos; 23,44% pretos e pardos; e 1,56% amarelos.

A partir dessas informações, é notável a diferença de participantes brancos para outras identidades racializadas⁴. Esse fenômeno pode ser explicado a partir do racismo institucional que, como aponta Brito (2016), age enquanto um mecanismo dificultador de entrada e permanência de sujeitos pretos em espaços educacionais. Jovens pretos e pardos apresentam metade do percentual de frequência em Instituições de Ensino Superior (IES) em relação à frequência de jovens brancos. Enquanto da totalidade de jovens brancos, 36,1% estão na universidade; apenas 18,3% dos jovens pretos e pardos frequentam esse espaço no país (Brasil, 2019a). Oliveira (2017) vai além, ao colocar a pouca representatividade de homossexuais, gays afeminados e bichas pretas com matrícula ativa nas universidades brasileiras. Assim, fica evidente os grupos minoritários presentes nas IES brasileiras.

Também, outros fatores podem estar relacionados ao número reduzido de respostas por sujeitos pretos, pardos e amarelos como a dificuldades desses questionários chegarem a essas pessoas, seja por acesso limitado à *internet* e aparelhos tecnológicos, visto que o questionário foi disponibilizado *online*, seja pela limitação na divulgação dos mesmos por parte das pesquisadoras.

Quanto às identidades de gênero, 31,25% das pessoas participantes se autodeclararam homens cis; 28,13%, mulheres cis; 6,25%, não binários; 1,56%, *bigender*⁵; 1,56%, em questionamento; 20,31% não informaram a identidade, mas se identificam com o gênero feminino; 7,81% não informaram a identidade, mas se identificam com o gênero masculino; e 3,13% não informaram a identidade de gênero. Não foi possível identificar a participação de pessoas transfemininas e transmasculinas, apenas trans não binárias. Somado a isso, podemos analisar a diferença porcentual de participantes cisgêneros e transgêneros na referida pesquisa e, conseqüentemente, no ensino superior. Brito (2016) nos traz uma reflexão sobre o acesso de pessoas trans à educação:

A transfobia afasta as pessoas trans dos espaços, sendo-lhes negado o acesso aos direitos humanos e fundamentais, como a educação, o que se

4 Identidades criadas a partir de um conceito político-social de raça.

5 Termo estrangeiro para se referir a uma pessoa que tem duas identidades de gênero ou combinações de identidades.

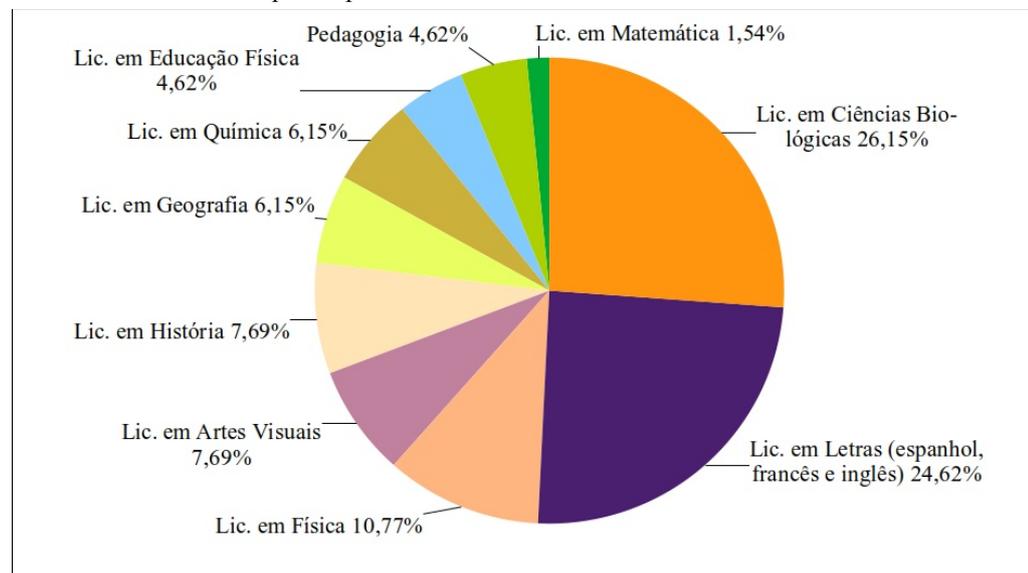
faz sentir por meio do alto índice de "evasão" escolar da população trans. Isso pode ser facilmente confirmado se tentarmos rememorar quantas colegas travestis e transexuais tivemos na escola, na graduação, na pós-graduação, no trabalho e assim por diante (Brito, 2016, p.17).

Essa dificuldade de acesso e permanência nos espaços, sobretudo no ensino superior, configura uma violência estrutural e estruturante, a qual nega vivências aos sujeitos trans. Santos, Ornat e Carbonar (2021) reconhecem essas exclusões sociais como negação de vida aos sujeitos, configurando-se enquanto uma mistanásia, que seria a morte social em vida. Ainda, abarca nesse conceito a negação de direitos à saúde, trabalho, educação, bem como privar-se de sonhos, oportunidades pessoais e afetivas.

Em relação à orientação sexual, 36,51% das pessoas participantes se declararam bissexuais; 26,98% lésbicas; 23,81% gays; 6,35% pansexuais; 4,76% em questionamento; e 1,59% demissexual hétero. Ressaltamos que o questionário não abordou a questão quanto a assumir socialmente essas orientações sexuais.

A partir desses recortes: racial, identidade de gênero e sexualidade, é imprescindível reconhecer a posição que os/as participantes da pesquisa ocupam na sociedade, para que, assim, se vislumbre uma melhor inteligibilidade do fenômeno eleito. Dessa forma, o gráfico abaixo (Gráfico 1) evidencia os cursos de graduação em que as pessoas participantes foram matriculadas:

Gráfico 1 – Cursos de graduação dos participantes em determinada universidade do Estado do Paraná - Número de Respostas por Curso



Fonte: Questionários aplicados com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020. Organizado pela autora, 2021.

De acordo com o Gráfico 1, a maior porcentagem de participantes é de Licenciatura em Ciências Biológicas (26,15%), visto que é um público próximo das pesquisadoras, o que oportuniza maior abertura aos questionários. Seguido por Licenciatura em Letras (24,62%), que apresenta três cursos incluídos em uma categoria, sendo assim, contém muitas pessoas, o que explica esse percentual. Os demais cursos demonstraram menores porcentagens, acredita-se que possuam um número menor de acadêmicos, e/ou

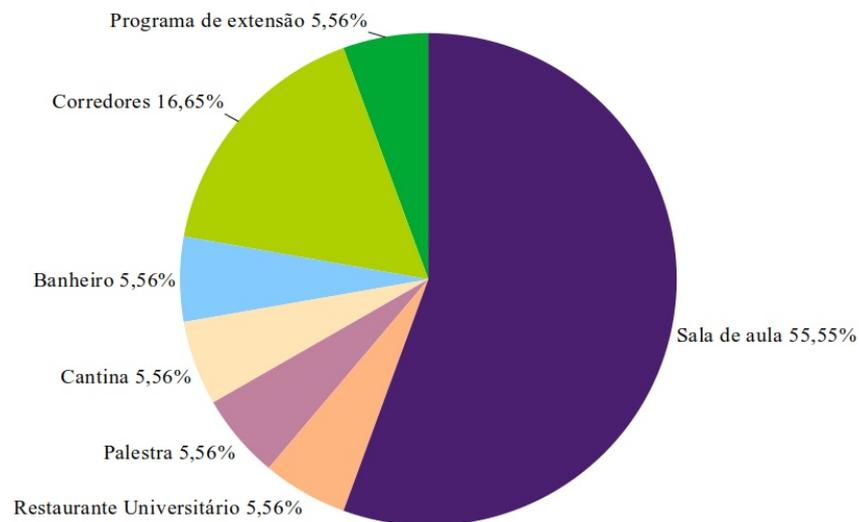
menos pessoas LGBTQ+.

Ainda, é possível que pelos métodos de disponibilização e divulgação dos questionários, esses últimos cursos não tiveram um acesso satisfatório ao instrumento de coleta de dados. A partir desse momento, com o perfil dos discentes traçado, podemos nos aprofundar nas discussões sobre tipificação e reconhecimento das violências.

Tipificação e reconhecimento das violências

Ao serem indagados se já sofreram LGBTQfobia na universidade, 75% dos sujeitos afirmam não terem sofrido manifestações de violência em relação à orientação sexual e identidade de gênero, ao passo que 25% dessas pessoas sofreram ataques LGBTQfóbicos. O gráfico a seguir (Gráfico 2) evidencia os espaços onde as manifestações LGBTQfóbicas aconteceram:

Gráfico 2 – LGBTQfobia em determinada universidade do Estado do Paraná



Fonte: Questionários aplicados com licenciandos (as) e licenciados (as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020. Organizado pela autora, 2021.

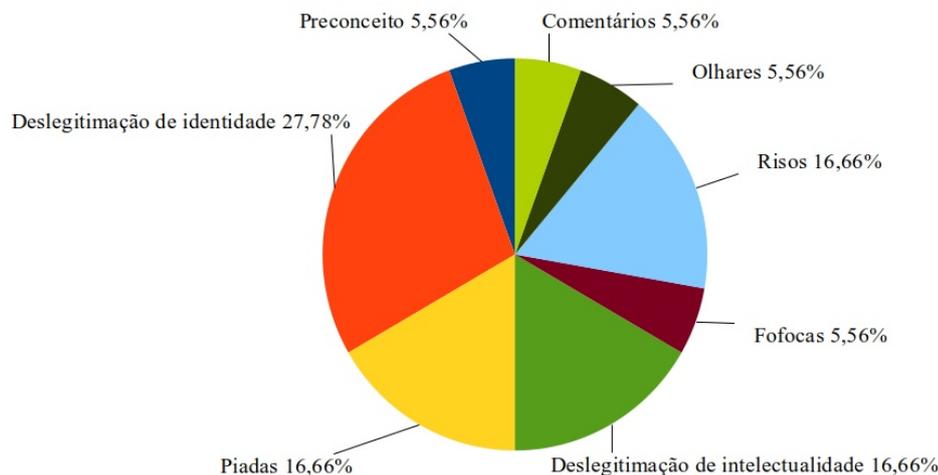
Ao analisar o gráfico acima, podemos constatar que a maior parte dos casos de LGBTQfobia ocorreram dentro da sala de aula (55,56%), o que faz refletir sobre um dado posterior que evidenciamos, quanto ao conforto nos espaços, posicionando a sala de aula com um ambiente com uma das taxas de maior conforto. Os dados presentes são contraditórios porque analisam os espaços e manifestações de forma distintas. O conforto na sala de aula abarca um panorama geral do sentimento, enquanto que as situações de violência vão de encontro ao cerne da questão de LGBTQfobia. Há violências implícitas, as quais podem não terem sido consideradas nos dados de conforto, o que pode configurar LGBTQfobia naturalizada.

Santos e Araújo (2017) apontam para situações de violência mais silenciosas no ensino superior. Essas situações de violência e constrangimento geralmente são tidas apenas como comentários inocentes, brincadeiras ou, ainda, em forma de elogio, todos sem a intenção de ser LGBTQfóbicos. Porém,

mesmo sem a intenção, ainda é LGBTfobia, o que configura crime, conforme o Projeto de Lei 672/2019⁶, que inclui na Lei do Racismo crimes de discriminação por orientação sexual ou de identidade de gênero (Brasil, 2021).

Dentre as manifestações de LGBTfobia na universidade, foram relatados os seguintes resultados do gráfico a seguir (Gráfico 3):

Gráfico 3 – Manifestações de LGBTfobia em determinada universidade do Estado do Paraná



Fonte: Questionários aplicados com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020. Organizado pela autora, 2021.

A manifestação de LGBTfobia que apresentou mais menções foi a deslegitimação de identidade (27,78%). Esse tipo de violência é referente à identidade de gênero, vide o princípio do binarismo homem-mulher como identidades a serem almejadas. Todavia, as identidades que fogem desse patamar (desviantes) não têm compromisso de se assemelhar com o padrão, porém, não estão livres de estigmas sociais, os quais são responsáveis pela sua deslegitimação. A seguir, podemos constatar através do relato de uma pessoa participante esse tipo de violência:

O que eu passei foi na cantina da central de salas, onde o dono do local me atendeu e por eu estar com apenas uma nota de um valor alto (50 reais), ele se recusou a me atender e me tratou com pronomes masculinos, quando eu uso pronomes femininos. Passei por outra situação com esse mesmo homem tempos depois, quando ele simplesmente utilizava tanto pronomes femininos quanto masculinos ao falar comigo, sendo que antes dessas duas situações ele já havia falado comigo e me tratado no feminino (Questionário aplicado com licenciandos (as) e licenciados (as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020).

Silva e Feola (2018) contribuem para nossa discussão, a partir da tipificação

6 Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135191>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2021.

da violência contra a população trans que, ao considerar as demandas específicas desse público, propõe a seguinte divisão: violência geopolítica, violência estrutural e institucional, violência moral ou de exotificação dos corpos, violência física, violência sexual, e violência de deslegitimação. Nesse seguimento, podemos compreender a deslegitimação como uma violência:

[...] caracterizada pela negação seja por parte de uma instituição, sujeito ou outro grupo de reconhecer a identidade travesti e transexual, a partir de discursos que negam a existência, que negam a autodefinição, que negam o direito garantido por lei do nome social e a retificação do registro civil (Silva; Feola, 2018. p.18).

Evidenciamos que a deslegitimação de intelectualidade apresentou taxa porcentual de menções igual a 16,67%. Podemos compreender a deslegitimação de intelectualidade como um assédio moral. Essa violência também está diretamente relacionada com o epistemicídio. De acordo com Carneiro (2014), esse termo se configura como processo de aniquilamento da capacidade cognitiva e de confiança intelectual, por meio do racismo e discriminação no ambiente educacional. Assim como para as identidades dissidentes, a ideia de que sujeitos LGBTQ+ não são detentores de conhecimento e nem podem ser, não produzem conteúdos de qualidade com relevância social e acadêmica de acordo os padrões elitistas da universidade. Oliveira (2017) corrobora com essa afirmação, ao trazer uma narrativa do lugar de conhecimento de pessoas LGBTQ+ e pretas:

É como se a gente, usando essas epistemologias da bichisse, as epistemologias pretas não fossem sérias, não fossem epistemologias, não fossem políticas, não fossem saber. Vocês estão fazendo aí o que? Tem tanta coisa pra fazer. Vão estudar noção de currículo pra melhorar a educação. Ai gente tudo bem é importante falar de currículo, mas vamos falar desse currículo que silencia a preta, a bicha, a mulher, a periférica, essa identidade que não existe. Se o currículo não é neutro, não é excludente, vamos falar dessa gente aí que não existe, mas que continua aí resistindo. É isso gente. É difícil, mas é possível. Eu sempre falo para as pessoas: é difícil, mas não é impossível. É factível. A gente pode. A gente vai agregando. Quanto mais pessoas pretas nos espaços acadêmicos mais outras pessoas pretas vão percebendo que a gente chega lá. Quanto mais pessoas pretas bichas, lésbicas, gordas, não binárias, estiverem no rolê, mais as pessoas vão perceber que podemos estar lá. A gente acaba se tornando paradigma sem perceber. Sem perceber! É arriscado ser paradigma? Não é pra mim. A gente está aqui pra errar também. Pra falhar. Pra assumir o erro e se reconstituir. Nada está rígido (Rodrigo Pedro Casteleira) (Oliveira, 2017, p.160).

Vale ressaltar que ao deslegitimar práticas e determinar os sujeitos que pertencem às ciências, dá-se respaldo as desigualdades sexuais e de gênero no ensino superior (Pedroso, 2020).

Apesar de as violências acima disporem de maior porcentuais, ainda há outras. Nesse sentido, as piadas e risos apresentaram a mesma taxa porcentual de menções (16,67%). É interessante observar que essas violências são de mesma

ordem, seguem uma linha tênue que esbarra no cômico e na violência. As outras manifestações (fofocas, comentários, olhares e preconceito) apresentaram a mesma taxa porcentual de 5,56% das menções. Todas essas, em geral, compartilham de mesma naturalização, podem passar despercebidas no cotidiano, podemos chamá-las de simbólicas e naturalizadas, uma vez que reforçam a discriminação, o preconceito e o silenciamento da diversidade de gênero e sexual (Herrejón, 2016).

Para uma melhor compreensão das violências, faz-se necessário retomar a caracterização de LGBTfobia. A LGBTfobia é um conceito amplo de violências que tem como alvo sujeitos LGBT+.

A LGBTfobia abrange formas de violências mais amplas que aquelas oficialmente tipificadas no código penal brasileiro, representadas em crimes de ódio, ligados não apenas a uma pretensa rejeição irracional a relações homoafetivas, mas a um comportamento perverso de desqualificação da humanidade deste outro, visto como inferior ou como aquele que representa o contrário à normalidade e a heteronormatividade (Brasil, 2021, p. 3).

Em vista disso, quando questionado aos(às) participantes sobre o que seria a LGBTfobia, 100% dos sujeitos reconheceram a violência psicológica como uma manifestação desse fenômeno; 98,44%, a violência física; 93,75%, os comentários; 92,19%, as piadas; 92,19%, os olhares de reprovação; 82,81%, os risos; 5,00%, a exclusão; 3,12%, o silenciamento; e 1,56%, a omissão. É possível verificar que as violências que tiveram maiores taxas porcentuais de reconhecimento são aquelas inseridas no código penal (violência física e psicológica). Enquanto que outras violências simbólicas (como os comentários, piadas, olhares e risos) também foram reconhecidas, mas não por todos os sujeitos participantes.

As menores taxas de reconhecimento foram para as violências tidas como estruturais da sociedade (exclusão, silenciamento e omissão), essas não foram reconhecidas pela grande maioria dos sujeitos, ou seja, não há uma nítida compreensão delas enquanto LGBTfobia. Polak, Guimarães e Cruz (2016) refletem sobre como as instituições educacionais são LGBTfóbicas ao silenciar e omitir-se em situações de constrangimento que pessoas LGBT+ vivenciam nesses espaços; ressaltam que as violências desde as mais explícitas até as mais simbólicas e estruturais funcionam como mecanismos de silenciamento, seja esse silenciamento da diversidade (Herrejón, 2016) ou dos sujeitos.

Isso nos traz uma reflexão da denominação e divulgação de uma tipificação das violências, principalmente das simbólicas cotidianas e/ou violências institucionais, sem um agente específico. Ao fazer um paralelo entre esses dados de reconhecimento do que seria LGBTfobia e o número de pessoas que relataram já ter sofrido LGBTfobia na universidade, podemos notar uma convergência dos dados. A partir disso, é possível compreender o número baixo de afirmativas para casos de LGBTfobia na universidade. Os participantes não reconheceram as situações de violência que fogem daquelas presentes no código penal. A seguir, trazemos um trecho do relato de uma pessoa participante:

Além de violências mais comuns e menos perceptíveis que aconteciam

principalmente nos espaços de corredor quando no bloco A (de direito) e bloco D (economia) que eu percebia que eram mais direcionadas a aspectos físicos (como roupas, pelos, cabelos, voz), a situação da bolsa do programa [institucional de extensão] mencionada acima. Esse programa já tinha tido comportamento e documentos (!) Lgbtfóbicos, como atas e ofícios que tratavam de vestimenta (???) e comportamentos, [...]. 6 meses antes, quando eu entrei no mesmo projeto, eu recebi presilhas de flores da coordenadora porque ‘não é porque você gosta de mulher que tem que parecer homem’ (Questionário aplicado com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020).

Nesse trecho, temos um exemplo de violência de deslegitimação, de forma institucional utilizando “documentos e normas” do programa institucional e de forma direta pela coordenadora em uma agressão verbal. Isso demonstra a importância de refletirmos que tipo de violência as pessoas LGBTQ+ têm vivenciado nas universidades.

Pertencimento à universidade

Mesmo que esses sujeitos tenham ou tiveram sua matrícula ativa nestes cursos de graduação na universidade, o sentimento de pertencimento a esses espaços é distinto. Quando indagadas sobre o sentimento de pertencimento à universidade, 10,94% das pessoas participantes informaram não se sentirem pertencentes à instituição, ao passo que 89,06% se sentem pertencentes. O que pode estar estritamente relacionado com a construção coletiva e política dos espaços ao nosso redor, como bem ilustrado por um participante:

Acho importante marcar que coloco que me sinto pertencente à universidade porque consegui construir coletivamente com minhas parceiras e parceiros de vida e luta espaços alternativos dentro da instituição. Acredito que é só assim que conseguimos nos sentir parte. É bem importante pra mim dizer que o movimento estudantil foi fundamental pra minha permanência na universidade. Eu não estaria aqui hoje se o movimento social e estudantil não me fizessem acreditar. Não é um espaço pra nós, não foi pensado pra nós. Ocupar ele significa reinventá-lo, construir uma coisa outra (Questionário aplicado com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020).

Ao analisar essa proposição, precisamos compreender dois elementos. O primeiro, a participação de coletivos, movimento estudantil e movimentos sociais como estruturas fortalecedoras, as quais auxiliam sujeitos fora do padrão normativo (cisgênero, heterossexual e branco) a entrarem e permanecerem nas IES. Como afirmam Santos, Ornat e Carbonar (2021), pessoas que tiveram contato com algum desses movimentos reconhecem a participação como um empoderamento tanto no âmbito acadêmico como social, essas alianças que se tornam afetivas e políticas dentro da vivência acadêmica, constituem uma força

de resistência através desse espaço, trata-se de uma estratégia política de transformação e fortalecimento das vivências LGBT+.

O segundo elemento diz respeito à constituição do espaço acadêmico, quando esse participante afirma que: “Não é um espaço pra nós, não foi pensado pra nós”. A terceira pessoa do plural é utilizada para designar as pessoas que não estão no padrão normativo, essa proposição é assertiva, assim como Oliveira (2017) discute que essa estrutura é formada a partir de um pensamento eurocêntrico, racista, machista, cristão e LGBTfóbico, os quais demarcam a posição dessas instituições.

Quando falamos de espaço acadêmico, estamos nos referindo às diversas escalas espaciais que constituem o mesmo. Dessa forma, o espaço acadêmico compreende tanto a sala de aula quanto corredores, banheiros, cantina, biblioteca, colegiados, etc. Em outras palavras, diferentes espacialidades, podem demandar diferentes vivências, umas mais confortáveis que outras. Sendo assim, a tabela abaixo (Tabela 1) evidencia o conforto em determinados espaços por parte das pessoas participantes:

Tabela 1 – Conforto nos espaços em determinada universidade do Estado do Paraná

Espaços	Intensidade				
	Totalmente Desconfortável	Desconfortável	Indiferente	Confortável	Totalmente Confortável
Ambiente externo	3,12%	18,75%	29,70%	28,12%	20,31%
Banheiros	7,81%	10,94%	23,44%	25,00%	32,81%
Biblioteca	1,56%	7,81%	15,62%	32,81%	42,20%
Cantina	1,56%	15,62%	28,12%	18,75%	35,95%
Colegiado/Coordenação	3,12%	10,94%	21,87%	29,69%	34,38%
Corredores	1,56%	7,81%	28,12%	35,95%	26,56%
Estacionamento	6,25%	25,00%	26,57%	20,31%	21,87%
Grupo de pesquisa/ Laboratórios	0,00%	6,25%	25,00%	25,00%	43,75%
Ponto de ônibus	7,81%	29,69%	31,25%	17,19%	14,06%
Sala de aula	0,00%	7,81%	17,19%	31,25%	43,75%

Fonte: Questionários aplicados com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020. Organizado pela autora, 2021.

O fluxo de pessoas no ambiente acadêmico é contínuo, há diferentes grupos em diferentes espaços, o que configuram vivências distintas, as quais podem causar conforto e desconforto. As respostas ao questionário colocaram a sala de aula como local mais confortável. Porém, a sala de aula se configura enquanto o espaço que mais ocorrem manifestações de violência LGBTfóbica.

Os banheiros se configuraram com uma das maiores porcentagens de total desconforto (7,81%) para os sujeitos participantes. Santos e Ornat (2018)

colocam os banheiros como um dos locais mais violentos para vivências trans, isso por conta da binariedade dos mesmos. Há uma questão de constrangimento dos sujeitos trans, mesmo se identificando com um determinado gênero, a leitura social feita por outras pessoas e sua presença nos banheiros podem ocasionar situações de constrangimento, pois não há um pertencimento pleno em nenhum dos dois banheiros.

A biblioteca, corredor, cantina e grupo de pesquisa e laboratórios configuram espacialidades e vivências distintas, mas aqui serão abordados em conjunto pela questão de transitoriedade que esses espaços apresentam, bem como vivências suplementares à graduação. A biblioteca, grupos de pesquisa e laboratórios tiveram as maiores porcentagens de total conforto (42,19% e 43,75%, respectivamente), acreditamos que isso se deva pela configuração do local se mostrar acolhedor e, também, pela questão de afinidade com as pessoas nesses locais, visto que compartilham de interesses em comum. Enquanto corredores e cantina apresentaram tendências à indiferença (28,12%). Esses últimos foram apontados como locais de violência para sujeitos participantes, assim como já evidenciado anteriormente.

O ambiente externo, estacionamento e ponto de ônibus, configuram vivências semelhantes por serem espaços ao entorno da estrutura dos campi, assim, serão abordados em conjunto. De acordo com a Tabela 1, foram os ambientes com menores percentuais de total conforto (20,31%; 21,87% e 14,06%, respectivamente). Podemos inferir que esses espaços se configuram dessa maneira pela insegurança e exposição social, uma vez que são espaços onde também é recorrente roubos e furtos. Sobretudo para pessoas LGBTQ+ que, além de se preocuparem com os crimes acima, precisam sempre estar em alerta às violências LGBTQfóbicas.

Vale lembrarmos os relatos de violências simbólicas, como as piadas, risos, comentários, entre outros mencionados anteriormente, ou seja, por mais que alguns espaços tenham uma avaliação “indiferente” ou “positiva”, todos os espaços se constituem como possíveis locais de violência (Polak; Guimarães; Cruz, 2016), cabendo à universidade estar atenta a esses eventos. Vale destacar o perfil dos sujeitos e as interseccionalidades que os atravessam, assim como nos relata um participante:

Acredito que por ser uma pessoa LGBTQ+ com um perfil mais de 'homem padrão' e que talvez demonstre menos feminilidade as vivências e sentimentos de conforto sejam tendenciosas a serem mais positivas ou neutras do que negativas, isso provavelmente pelo medo de desaprovação, constrangimento e desconforto e pelo modo com que as imposições da sociedade de como um homem deve se comportar influenciaram no meu perfil (Questionário aplicado com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020).

Para além de entender o conforto nos espaços, é imprescindível reconhecer o mesmo nas relações acadêmicas. A Tabela 2 diz respeito à intensidade do conforto nos relacionamentos dentro da universidade.

Tabela 2 – Conforto nos relacionamentos em determinada universidade do Estado do Paraná

Relações	Intensidade				
	Totalmente Desconfortável	Desconfortável	Indiferente	Confortável	Totalmente Confortável
Colegas	3,12%	4,69%	9,37%	32,82%	50,00%
Colegiado/Coordenação	4,69%	7,81%	20,31%	29,69%	37,50%
Funcionários	1,56%	6,25%	20,31%	37,50%	34,38%
Professores	4,69%	4,69%	23,44%	26,56%	40,62%

Fonte: Questionários aplicados com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020. Organizado pela autora, 2021.

Pode-se constatar que o relacionamento com colegas fornece maior conforto, 50% dos participantes apontaram como totalmente confortável. Ao analisar as relações entre estudantes, não há hierarquizações de poder, há o corte geracional, que também influencia a vivência universitária, criando assim um ambiente de compartilhamento de interesses comuns. Silva (2018) apresenta as relações de amizade e afetiva-sexual na qualidade de redes de apoio, as quais possibilitam a permanência no ambiente educacional, conferindo conforto e segurança, sobretudo para pessoas trans.

O relacionamento com professores apresentou 40,62% como totalmente confortável. Também apresentou a maior taxa de indiferença (23,44%). Como já mencionado, na relação entre professores e estudantes há hierarquização de poder, o que pode influenciar o conforto nas relações.

O Colegiado e coordenação apresentaram boas taxas percentuais de totalmente confortável (37,50%) e confortável (29,69%), porém, somando os percentuais de total desconforto (4,69%) e desconforto (7,81%), configura-se como a relação mais desconfortável para os sujeitos participantes.

Com funcionários, o relacionamento se configurou como confortável (37,50%) e teve a menor taxa de total desconforto (1,56%). Pode-se inferir que as relações com os funcionários são mais transitórias, uma vez que o contato é mais pontual, o que pode explicar essa taxa de conforto, bem como o menor total desconforto.

Quando correlacionamos o conforto com as redes de apoio a que Silva (2018) nos conduz, podemos inferir que sujeitos LGBT+ podem superar as discriminações com esse amparo. Já o contrário também é possível, quando o desconforto prevalece e não se há redes de apoio. Em vista disso, discutiremos os impactos na vivência educacional na próxima seção.

Impactos na vivência educacional

As vivências acadêmicas de pessoas LGBT+, como podemos observar anteriormente, são atravessadas por situações de desconforto, constrangimento e violência. No entanto, qual é o impacto dessas no aprendizado e vivência acadêmica dos sujeitos? O trecho a seguir traz um relato da vivência

educacional de uma estudante LGBTQ+:

Existe um código não dito que fala assim: se você não usar roupas ditas femininas eu deixo você continuar estudando, se você não tiver trejeitos afeminados eu deixo você continuar estudando, se você não assumir a sua transexualidade ou travestilidade eu deixo você continuar estudando. Então, existem códigos não ditos, mas bem entendidos que faz com que haja um acordo totalmente nefasto entre a pessoa, a cidadã/cidadão, aluno, aluna, estudante que é sujeito LGBTQ+ e sabe a priori que ou ela estuda ou ela assume, as duas coisas juntas, é bem difícil (Laysa) (Polak; Guimarães; Cruz, 2016, p 13).

Essa narrativa também nos auxilia a compreender os impactos da LGBTQfobia na vida acadêmica e no aprendizado. Dentre as pessoas participantes que relataram ter sofrido manifestações LGBTQfóbicas através do espaço acadêmico, 37,5% relatam que as manifestações de violência impactaram no aprendizado durante o curso; desses, 83,33% relataram que os episódios de LGBTQfobia também impactaram na vivência educacional, além do aprendizado.

Dos 62,5% que relataram não ter impacto no aprendizado, 25% desses sentiram-se desconfortáveis em suas vivências educacionais após os ocorridos. De acordo com Junqueira (2009a), mesmo quando as violências não produzem índices consideráveis de interferência no aprendizado e na vivência educacional como a exclusão, ainda devemos estar em alerta, pois, discentes LGBTQ+ são levados a acreditar que precisam estar com o desempenho acima da média. Quando Junqueira (2009a) aborda as violências no ensino, é notável o meio de resistência adotado por alguns estudantes LGBTQ+, os quais, para permanecer nos ambientes educacionais, desprendem grande energia nos estudos.

Souza (2013) reforça essa ideia, quando estudantes LGBTQ+ dispõem de grande esforço nos estudos aliado à omissão da orientação sexual consciente ou não, fica evidente como uma estratégia de proteção do sujeito.

Em vista disso, quando há casos de deslegitimação da intelectualidade, como já citada acima, é uma quebra do mecanismo de proteção e agravante do impacto negativo que a violência produz no processo de aprendizagem, e que ela se apresenta de forma velada. A seguir, trazemos um trecho de uma pessoa participante que relata uma experiência nesse sentido:

Eu fui convidada pra participar de um espaço, em que eu conversaria com algumas alunas e alunos sobre gênero, sexualidade e educação. Quando cheguei questionaram a forma como eu estava vestida e tentaram me empurrar um jaleco, que se eu não vestisse não participaria do espaço. Vesti. Quando fui chamada pra começar minha fala, tirei o jaleco. Pra mim esse momento significa o processo de controle de corpo/subjetividade que a universidade enquanto instituição coloca sobre nós. Só pode ocupar o lugar de produtor de conhecimento o corpo/sujeito normatizado. Pra além desse momento, todas as práticas de silenciamento foram marcantes pra mim, refletindo na forma como eu atuo hoje na universidade e no

Luara Arthur Feola, Adelaine Ellis Carbonar dos Santos

movimento estudantil. A gente aprende a gritar quando não pode falar (Questionário aplicado com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020).

Nesse relato, podemos constatar duas manifestações de violência. A primeira deslegitimação da identidade, reconhecendo que a obrigatoriedade do uso do jaleco como meio de normatização da performance de gênero da pessoa participante. A segunda estrutural, uma vez que foi obrigada a vestir o jaleco para participar do evento. As duas culminam na deslegitimação da intelectualidade, uma vez que atuam na tentativa de silenciamento e marginalização do sujeito participante pela fuga à normatização. Em outro relato, podemos vislumbrar os impactos das violências:

Com certeza impacta no nosso aprendizado, pois esse tipo de violência nos inferioriza e deslegitima nossas produções intelectuais. Destrói nossa autoestima e nosso desejo pelo encontro com a reflexão (Questionário aplicado com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020).

Junqueira (2009a) salienta que as violências LGBTfóbicas produzem interferência em toda a vivência educacional de estudantes. Assim como podemos visualizar nos relatos abaixo:

Causa desconforto e o fato de estar sempre alerta esperando as piadas maldosas.

Me distanciou de projetos que poderiam acrescentar na minha formação.

Quando o garoto que foi homofóbico comigo se fez de vítima, a grande maioria ficou do lado dele e não falavam mais comigo por um bom tempo.

Depois do que passei na cantina da central de salas eu apenas sentia receio em entrar lá e ser atendida pelo mesmo homem, até hoje presto atenção para ver se ele quem está atendendo e evito entrar lá quando ele está.

(Questionários aplicados com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020).

A partir desses relatos, podemos inferir que a LGBTfobia mina a autoestima pessoal e acadêmica produzindo, assim, impacto negativo no aprendizado. Além disso, impede a plena vivência educacional, através do desconforto, receio e medo nos espaços e relações. Souza (2013) contribui ao afirmar que as discriminações e preconceitos às pessoas LGBT+ influenciam o aprendizado

negativamente, porém, essas situações não tem repercussão somente na educação.

Políticas de denúncia e enfrentamento

Compreender a LGBTfobia como um mecanismo estrutural e estruturante coloca as instituições de ensino como corresponsáveis na luta. Em vista disso, perguntamos aos participantes da pesquisa se eles achavam relevante a universidade se responsabilizar e discutir essas questões. Todas as pessoas participantes afirmaram que veem essa responsabilidade na instituição. A seguir, um relato produzido a partir dessa pergunta:

Acho relevante e muito necessário, pois, ainda que de modo não intencional, o silêncio sobre estas questões contribui ao sentimento de não pertencimento e invisibilidade. Durante os quatro anos de formação no meu curso, somente tive discussões aprofundadas sobre sexualidade em uma matéria optativa que aborda justamente Sexualidade Humana e Educação. Além disso, ocorreram apenas breves e superficiais discussões a depender da postura e intencionalidade do professor (Questionário aplicado com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020).

Aos participantes que sofreram alguma manifestação de LGBTfobia foi indagado se denunciaram o caso. Dos casos relatados, apenas 12,50% denunciaram. A seguir, relatos dos participantes informando como foi o desenrolar das denúncias:

Tentaram dialogar com o homofóbico e eu aceitei conversar, ele mentiu descaradamente na frente deles mesmo com testemunhas e o máximo que a coordenadoria fez foi ir nas salas falar sobre como não tolera preconceito (mas não fez nada).

No primeiro ano, no caso da disciplina de psicologia da educação (caso de assédio), recorri ao colegiado de [...] que falou que deveria falar com o departamento do prof. [...] como não tinha familiaridade com aquele espaço, ou mesmo o funcionamento burocrático, não fui. Depois, outras mulheres da minha sala me procuraram para fazer uma denúncia coletiva de assédio do mesmo professor, voltamos ao colegiado que desestimulou as meninas e não aceitou a minha denúncia porque eu não tinha passado por assédio (as meninas sim, mas não queriam mais denunciar).

(Questionário aplicado com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020).

Esses relatos nos mostram o quanto as denúncias podem ser burocráticas e exaustivas, ao passo que, mesmo quando realizadas, geram impactos mínimos

ou nenhum. Ainda nesse sentido, um sujeito participante trouxe um relato de discussão que demonstra como docentes e instituição tratam algumas problemáticas:

[...] outra situação, em uma disciplina, discutíamos as instâncias da universidade a que deveríamos recorrer e eu e a professora entramos em uma discussão sobre as discriminações estruturais dessas instâncias (que ela dizia não existir), e sobre como eu não via a institucionalização / burocratização de demandas ser efetivos em alguns casos, como denúncias de LGBTfobia, machismo, classismo e racismo, por exemplo, e ela dizia que sim. Nesse dia, a professora ergueu a voz e eu saí da sala chorando (outros alunos e alunas já tinham passado por isso), quando eu voltei, ela perguntou se eu já tinha me acalmado e continuou afirmando como a institucionalização resolvia problemas, sem autorizar eventuais interrupções (minhas ou de outros colegas) (Questionário aplicado com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020).

O trecho acima demonstra o descaso de alguns docentes com a temática. Nesse sentido, reafirmamos o papel da universidade desde a produção e promoção de informações sobre a LGBTfobia, tipificação e criminalização da violência, entre docentes, funcionários e acadêmicos(as), como toda a comunidade acadêmica. Assim como salienta Neves (2016), atribui-se às instituições de ensino e suas comunidades o prepara à diversidade, para combater práticas discriminatórias, sem esquecer a LGBTfobia. Visto que a educação pública “continua sendo para todos/todas nós e precisa ser também um espaço seguro e de acolhimento” (Neves, 2016, p.174).

Quando as pessoas participantes foram indagadas sobre o conhecimento de canais de denúncia e acolhimento presentes na universidade, apenas 15,62% do total de participantes conheciam pelo menos um desses meios. Entre as menções estão o programa Abraça, da instituição; Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE); Coordenação de Curso; Departamentos; Ouvidoria; Movimento Estudantil; Rodas de conversa para pessoas LGBT+; e Vigilância.

Para constatar quais eram os meios de denúncia e auxílio presentes na universidade, entramos em contato com a PRAE via *e-mail*. Todavia, não obtivemos nenhuma resposta. Ao refletirmos sobre o não retorno, consideramos que esse se configura como resposta, a partir da omissão sobre a temática, elucida o descaso com os (as) estudantes LGBT+.

Para Silva (2019), responsável pelo conteúdo do relatório "Violência LGBTfóbicas no Brasil: dados da violência", são necessárias políticas públicas de ampla abrangência. Sem isso, os ambientes educacionais tendem à reprodução de violências, desse modo, não refletem a diversidade desses espaços, mas a partir de estudantes e professores reproduz tais atos discriminatórios. Como afirma Corrêa (1997), a organização espacial é reflexo e condição da sociedade.

Acredito que nós pessoas LGBTs brancas encontramos mais

possibilidades pra sobreviver na academia. Sobretudo quando o privilégio da branquidade está acompanhado dos privilégios de classe social, que garantem poderes simbólicos e capital cultural a muito sujeitos. Acredito que pessoas LGBTQs não cis, pobres, não-brancas, pessoas demarcadas nessas margens, estão sempre sujeitas a mais violências e menos opções de sobrevivência. O que me deixa exausta é a hipocrisia dessa gente douda branca, riquinha e hétero da universidade. Eles nos humilham cotidianamente. Sobretudo agora com o Ensino a Distância Emergencial, estamos ainda mais sujeitas a violência discursiva e simbólica dessa gente. Não há acolhimento, há apenas indagações, descrédito e deslegitimação, está cada dia mais difícil sobreviver na universidade quando de encara um processo simbólico de expulsão diariamente (Questionário aplicado com licenciandos(as) e licenciados(as) de cursos de graduação, entre os dias 14 de setembro e 31 de outubro de 2020).

Este trecho de um dos participantes traz a vivência dos estudantes LGBTQ+ contemplando a interseccionalidade, a partir da consciência de classe, de raça, de gênero e da branquidade. Elencamos esse fragmento pois acreditamos que é a partir da compreensão desses marcadores, da discussão sobre essas temáticas, que conseguimos promover uma mudança através do espaço acadêmico e na sociedade, combatendo a LGBTQfobia de forma efetiva.

Considerações finais

Esta pesquisa teve por objetivo compreender como as práticas LGBTQfóbicas impactam na vivência educacional de licenciandos(as) e licenciados(as) LGBTQ+ no ensino superior. Por meio do questionário aplicado, foi possível evidenciar que os(as) estudantes que passaram por situações de violência na sua vivência acadêmica, em sua maioria, não produziram altos índices de prejuízo no aprendizado. No entanto, ressaltamos que as vivências que vão além do aprendizado foram afetadas, isso por meio do desconforto nos espaços e relações, como também pela negação de vivências essenciais e complementares presentes na universidade.

Em vista disso, faz-se necessária a implementação de políticas institucionais que produzam e promovam informações referentes à LGBTQfobia, com intuito de orientar toda a comunidade acadêmica desde a tipificação da violência aos canais de denúncia e acolhimento presentes na universidade, bem como fomentar ações que coíbam as discriminações, assim, criando espaços mais confortáveis e seguros para viver a diversidade.

O espaço acadêmico como lugar hegemônico de produção de conhecimento deve, sempre que possível, ser questionado e revisto, para que assim como suas pesquisas, continue caminhando em um ato simbólico de transformação e possibilitando cada vez mais a entrada e permanência de corpos marginalizados, os quais, junto com aliados e aliadas, possam trazer suas demandas ao meio acadêmico atualizando e ressignificando toda a estrutura social, vislumbrando uma sociedade outra.

Ademais, faz-se pertinente continuar esse estudo para compreender melhor

como as violências simbólicas e estruturais atuam na universidade e nas relações sociais, como também seus desdobramentos. É interessante fazer uma investigação mais profunda, com auxílio de entrevistas, que incorpore as intersecções de gênero, raça, classe e sexualidade, a fim de possibilitar uma melhor compreensão dos fenômenos.

Tendo em vista os repertórios acima, os estudos em gênero e diversidade sexual caminham em direção oposta às normas cisheteronormativas coloniais. A desobediência é um ato cada vez mais necessário para recriar, reorganizar e reinventar a sociedade em que vivemos.

Concluimos esse estudo plenas de nossos direitos e deveres sociais. Utilizando do espaço de privilégio para fomentar discussões sobre a temática, reconhecendo os marcadores sociais que nos atravessam e as possibilidades que permitiram alcançar esse espaço. Esperamos que a leitura tenha causado incômodo, proporcionando reflexões pessoais e do contexto acadêmico, e, ainda indagações sociais que almejem a construção coletiva de uma sociedade pautada na diversidade e equidade.

Referências

AGBLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BERMUDES, Wanderson Lyrio; SANTANA, Bruna Tomaz; BRAGA, José Hamilton Oliveira; SOUZA, Paulo Henrique. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Vértices**, v. 18, n. 2, 2016.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. 1ª edição. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda 04 ao Projeto de Lei 672/2019**. Senadora Daniella Ribeiro. 2019b. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7959037&disposition=inline>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. (org.). **O dia 17 e maio e o papel do SUAS no combate à LGBTfobia no Brasil**: a luta contra a lgbtfobia é de todas (os) nós!. A Luta Contra a LGBTfobia é de todas (os) nós!, 2021. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/1705SUSCombateLGBTfobia.pdf>>.

Acesso em: 24 fev. 2021.

BRITO, Camila Pina. **“Já é Negro e ainda quer ser Travesti?”**: experiências trans de mulheres negras. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Epistemicídio**. 2014. Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/epistemicidio/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 1 reimp. São Paulo: Selo Negro edições, 2011. 190 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, jan., 2002.

FERREIRA, Ceistiano Cavalcanti; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde. Homossexuais Afeminados: Estratégias de Resistência e Permanência. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 21, n. 2, 2015.

GRUPO GAY DA BAHIA. **População LGBTQ morta no Brasil** – Relatório GGB 2018. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

HERREJÓN, Elvira Mejía. Diversidade de gênero e silenciamento. **Revista Hipótese**, Itapetininga, v. 2, n. 3, p. 38-50, 2016.

JUNQUEIRA, R. D. (Org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009a.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia nas escolas: um problema de todos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009b.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado Pedagogias da Sexualidade**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MASSY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].

NEVES, Benjamim Braga de Almeida. Transmasculinidades no ambiente escolar: laicidade e resistências. **Edufes**, Vitória, p. 161-176, 2016.

OLIVEIRA, Magg Rayane Gomes de. **O Diabo em forma de gente**: (R)Existência de Gays Afeminados, Viados e Bichas Pretas na Educação. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PEDROSO, Amanda. **A Lesbofobia no Ensino Superior**: expressões e possibilidades de enfrentamento. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.

POLAK, Roberta; GUIMARÃES, Rafael Siqueira de; CRUZ, Gilmar Carvalho (ed.). Processos de violência vivenciados por pessoas trans* nas instituições de ensino. **Revista Hipótese**, Itapetininga, v. 2, p. 127-158, 2016.

PRECIADO, Paul B. **Texto Junkie**. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Trad.: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018. 447 p.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros Não-Binários: Identidades, Expressões e Educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2016.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SANTOS, Jailson Batista dos; ARAÚJO, Edineide Jezine Mesquita. **Estudantes LGBT no Âmbito Universitário: da Permanência à Resistência**. Editora Realize, 2017.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos. **Espaço escolar, homossexualidades e prática discursiva docente em Ponta Grossa**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. Experiências Espaciais de Homens Transexuais Residentes na Cidade de Ponta Grossa, Paraná. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 2250, 2018.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Márcio Jose; CARBONAR, Maria Aparecida. Espacialidades, 'Mistanásia' de travestis e pessoas transexuais e a criminalização da homotransfobia. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 25, 2021.

SILVA, Mariana Furtado. **Trajetórias Trans**: apoio social e relações afetivo-sexuais de transexuais. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

SILVA, Marcos Vinícius Moura. **Violência LGBTfóbicas no Brasil**: dados da violência. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SILVA, Paula Marques da; FEOLA, Fernanda Ribeiro. **O direito de existir e resistir**: políticas de enfrentamento e um caminho para tipificação das práticas de violência contra população trans*. TCC (Graduação em Psicologia), Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018.

SOUZA, Janice Aparecida de. **Estratégias de Escolarização de Homossexuais com sucesso acadêmico**. 2013. Dissertação (Mestrado em Conhecimento e Inclusão Social em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

Contribuição de Autoria / Contribución de Autoría

Luara Arthur Feola: Conceituação, Curadoria de dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Visualização [de dados (infográfico, fluxograma, tabela, gráfico)], Escrita – primeira redação.

Adelaine Ellis Carbonar dos Santos: Conceituação, Supervisão, Análise Formal, Validação, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição.

Recebido em 14 de setembro de 2022.

Aceito em 03 de abril de 2023.

Luara Arthur Feola, Adelaine Ellis Carbonar dos Santos

